



Estado do Rio de Janeiro
Município de Engenheiro Paulo de Frontin
Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin

PROJETO DE LEI Nº 021 DE 31 DE MARÇO DE 2025.

Câmara Municipal de
Engº Paulo de Frontin

Protocolo nº 2167 de 31/03/25

Livro nº 04 Fls 90/91

Ass. [assinatura]

"DISPÕE SOBRE A PUBLICIDADE DAS VISTORIAS DO CORPO DE BOMBEIROS EM ESCOLAS MUNICIPAIS E CRECHES NO SITE INSTITUCIONAL DA PREFEITURA E NAS REDES SOCIAIS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN."

A Câmara Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin, através dos Vereadores que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, na forma Regimental, após votação no Plenário, aprova a presente Lei:

Art. 1º - Esta Lei estabelece normas para a publicidade das vistorias realizadas pelo Corpo de Bombeiros em escolas municipais e creches, no site institucional da Prefeitura, nas redes sociais oficiais do Município de Engenheiro Paulo de Frontin e afixar placas informativas nas unidades escolar.

Art. 2º - A Prefeitura Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin deverá divulgar, em seu site institucional e nas redes sociais oficiais, informações sobre as vistorias realizadas pelo Corpo de Bombeiros nas escolas municipais e creches.

Art. 3º - As informações a serem divulgadas deverão incluir, no mínimo:

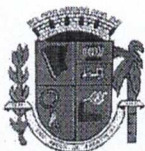
- I - Nome e endereço da unidade escolar ou creche vistoriada;
- II - Data da realização da vistoria;
- III - Resultado da vistoria (aprovada, aprovada com ressalvas ou reprovada);
- IV - Principais pontos avaliados na vistoria;
- V - Em caso de aprovação com ressalvas ou reprovação, as adequações necessárias e o prazo para realizá-las;
- VI - Data prevista para a próxima vistoria.

Art. 4º - A publicidade das informações deverá ser realizada da seguinte forma:

- I - No site institucional da Prefeitura:
 - a) Criação de uma seção específica denominada "Vistorias do Corpo de Bombeiros em Escolas e Creches";
 - b) Atualização das informações em até 5 (cinco) dias úteis após a realização da vistoria;
 - c) Manutenção de um histórico das vistorias realizadas nos últimos 2 (dois) anos;
 - d) Fica facultado a disponibilização de um mapa interativo com a localização das unidades e seu status de vistoria.
- II - Nas redes sociais oficiais da Prefeitura:
 - a) Publicação de posts informativos sobre cada vistoria realizada, em até 5 (cinco) dias úteis após sua conclusão;
 - b) Criação de uma série mensal de posts educativos sobre a importância das vistorias e medidas de segurança em escolas e creches;
 - c) Realização de lives trimestrais com representantes do Corpo de Bombeiros para esclarecer dúvidas da população sobre o tema.

Art. 5º - A Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com a Secretaria Municipal de Comunicação, será responsável pela coleta, organização e divulgação das informações previstas nesta Lei.

Art. 6º - As informações divulgadas deverão ser apresentadas em linguagem clara e acessível, evitando-se termos técnicos que possam dificultar a compreensão do público em geral.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Engenheiro Paulo de Frontin
Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin

Art. 7º - A Prefeitura deverá criar um canal de comunicação direto, seja por formulário no site ou por mensagem nas redes sociais, para que os cidadãos possam solicitar esclarecimentos ou reportar problemas relacionados à segurança nas escolas e creches.

Art. 8º - Anualmente, a Prefeitura deverá publicar um relatório consolidado das vistorias realizadas, destacando:

- I - Número total de unidades vistoriadas;
- II - Percentual de aprovações, aprovações com ressalvas e reprovações;
- III - Principais problemas identificados;
- IV - Melhorias implementadas ao longo do ano.

Art. 9º - O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará o responsável às sanções previstas na legislação brasileira aplicáveis a esta lei.

Art. 10º - Fica facultado ao Poder Executivo regulamentar esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 11º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

As vistorias realizadas pelo Corpo de Bombeiros em instituições de ensino são de fundamental importância para garantir a segurança de alunos, professores e funcionários. Estas inspeções têm como objetivo verificar se os estabelecimentos estão em conformidade com as normas de segurança contra incêndio e pânico, assegurando a integridade física de todos os ocupantes e a preservação do patrimônio público.

A Lei Federal nº 13.425/2017, conhecida como Lei Kiss, reforçou a necessidade de fiscalização e vistoria em estabelecimentos públicos e privados, com especial atenção a locais de grande concentração de pessoas, como escolas e creches. Ademais, o artigo 227 da Constituição Federal estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida e à segurança.

A publicidade das informações sobre as vistorias promove diversos benefícios para a sociedade e a administração pública. Em primeiro lugar, ela garante a transparência na gestão pública, permitindo que a sociedade acompanhe as ações do poder público na garantia da segurança nas instituições de ensino. Além disso, contribui para a conscientização da comunidade sobre a importância das medidas de segurança em ambientes escolares.

A divulgação regular dessas informações serve como uma forma de prestação de contas à população sobre os investimentos e esforços realizados na manutenção da segurança das escolas e creches. O acesso fácil a essas informações estimula o engajamento da comunidade na fiscalização e cobrança por melhorias, quando necessárias. A exposição pública dos resultados das vistorias também incentiva a administração municipal a manter um alto padrão de segurança nas instituições de ensino, aumentando a confiança dos pais e responsáveis nas escolas e creches municipais.

Por outro lado, a ausência de publicidade dessas informações pode acarretar diversos malefícios. A não divulgação pode gerar desconfiança da população quanto à real situação de segurança das escolas e creches, além de propiciar a circulação de informações incorretas ou incompletas, causando alarme desnecessário ou falsa



Estado do Rio de Janeiro
Município de Engenheiro Paulo de Frontin
Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin


sensação de segurança. Sem acesso às informações, a sociedade fica impossibilitada de exercer plenamente seu papel no controle e fiscalização das ações do poder público.

A falta de exposição pública pode reduzir a pressão sobre os gestores para manter as vistorias em dia e resolver rapidamente os problemas identificados. Além disso, a não divulgação dessas informações pode configurar descumprimento da legislação brasileira, no tocante das responsabilidades dos Prefeitos, previsto no Decreto-lei 201/1967. Por fim, a falta de informações claras e acessíveis sobre a segurança das instituições de ensino pode gerar ansiedade e insegurança entre pais, alunos e profissionais da educação.

Diante do exposto, fica evidente a importância da aprovação deste Projeto de Lei, que visa não apenas garantir a publicidade das vistorias do Corpo de Bombeiros em escolas e creches municipais, mas também promover uma cultura de segurança, transparência e participação cidadã em nosso município. A implementação desta lei representará um avanço significativo na forma como nossa cidade lida com a segurança nas instituições de ensino e com a transparência na gestão pública.

Este projeto de lei, ao estabelecer diretrizes claras para a divulgação das informações sobre as vistorias, incluindo prazos, responsabilidades e canais de comunicação, cria um mecanismo eficiente para manter a população informada e engajada. Além disso, a previsão de um relatório anual consolidado permitirá uma visão abrangente do estado de segurança das nossas escolas e creches, facilitando o planejamento de ações e investimentos futuros.

Plenário Jauldo Gomes Balthazar - RJ, 31 de março de 2025.


VINICIUS DE ALMEIDA DOS SANTOS NORA
Vereador Autor